

## “meus professores” no ensino remoto: saberes e espaços escolares em publicações no twitter

<sup>1</sup> Amanda S. D.,  <sup>2</sup> Suelen S. L. M.,  <sup>3</sup> Elaine M. S.,  <sup>4</sup> Thaíssa R. L. 

<sup>1</sup> universidade federal de mato grosso do sul

<sup>2</sup> universidade federal de mato grosso do sul

<sup>3</sup> universidade federal de mato grosso do sul

<sup>4</sup> universidade federal de mato grosso do sul

\* e-mail de contato principal: [amandasduarte0@gmail.com](mailto:amandasduarte0@gmail.com)

### resumo

devido ao isolamento social, instituído em combate à disseminação da Covid-19 (SARS-Cov-2), grande parte das atividades escolares foi transferida para a esfera online, sob a regência do Ensino Remoto de Emergência (ERE). Cientes da historicidade de tal movimento e embasadas tanto na Análise do Discurso de linha francesa, quanto no método arqueogenealógico foucaultiano, nosso propósito geral é problematizar como o ensino remoto foi discursivizado, no Twitter, por alunos. Para a análise de sequências enunciativas publicadas entre os anos de 2020 e 2021, consideramos que, no interior das redes sociais, a legitimação dos dizeres dos professores é afetada, tendo em vista as condições de circulação das postagens. Além disso, os desafios impostos pelo período de adequação ao distanciamento atualizaram seus mecanismos, produzindo efeitos de objetivação (Foucault, 1995) do sujeito docente, a partir de sua relação com as tecnologias. Assim, pelas alterações próprias ao contexto pandêmico, as modificações nas instituições de sequestro (Foucault, 2013) provocaram rupturas na posição dos docentes, e a publicização das materialidades apontam novas formas de vigilância no cotidiano pedagógico.

**palavras-chave:** ensino remoto; objetivação de professores; práticas docentes.

### como citar este artigo

Duarte, A. S., Morales, S. S. L., Santos, E. M., & Leite, T. R. (2022). “Meus professores” no ensino remoto: Saberes e espaços escolares em publicações no Twitter. *Revista Letra Magna*, 18 (29), 97-106, doi <https://doi.org/10.47734/lm.v18i29.1996>

## considerações iniciais

Não quis absolutamente identificar poder e opressão. Por quê? Primeiro porque penso que não há um poder, mas que dentro de uma sociedade existem relações de poder – extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diferentes níveis, onde umas se apoiam sobre as outras e onde umas contestam as outras (Foucault, 2013, p. 147).

Em 2020, iniciou-se, no Brasil, a transmissão em massa da chamada Covid-19. De dimensão mundial, a pandemia alterou as relações sociais em escala inédita no século XXI. Com vistas a evitar exposição ao vírus, restringiu-se o funcionamento de alguns espaços públicos, incluindo escolas e universidades, em que a aglomeração contemplaria de crianças até servidores com idades e, possivelmente, questões de saúde diversas. Isso porque, conforme o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação, há sujeitos que se enquadram na categoria de grupo de risco, na qual agravamentos e óbitos ocasionados pelo vírus são potencializados, a depender de uma série de condições sociodemográficas (Brasil, 2021).

Desde março do mesmo ano, as instituições de ensino resistem à referida crise sanitária, enfrentando dificuldades e críticas às formas adotadas para manutenção de suas atividades. Dentre as alternativas de contenção ao avanço da doença no setor, uma das principais foi a migração da sala de aula física para o cumprimento de carga horária em ambiente doméstico, sobretudo Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). A substituição das disciplinas presenciais foi autorizada, em caráter excepcional, pela Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 (Brasil, 2020a) que, posteriormente, recebeu os ajustes da Portaria nº 345, de 19 de março de 2020 (Brasil, 2020b), ambas publicadas pelo Ministério da Educação.

Uma vez instituído, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) foi sistematizado de acordo com particularidades da comunidade escolar de cada região do Brasil. Na perspectiva de Ribeiro (2021), a modalidade diz respeito ao modo como “[...] fomos nos ajustando às pressas, improvisadamente,

com os poucos recursos de que dispúnhamos, a fim de atender a uma urgência que durará meses, talvez anos”, devido à gravidade do período. Aliás, uma das problemáticas recorrentes à fase de implementação no país consistiu na confusão entre a tradicional Educação a Distância (EAD) e o ERE, incorporado em função do distanciamento social necessário.

Mais do que a simples atribuição de nomenclatura, trata-se de dois modelos com funcionamentos característicos. Conforme Santos (informação verbal)<sup>33</sup>, a primeira modalidade pressupõe pessoas distribuídas geograficamente, além de uma metodologia própria e planejada, com intencionalidade pedagógica e uso de tecnologias para a concretização de formações. A segunda, em seu turno, diz respeito a uma solução imediata para a não interrupção das aulas quando necessário instaurar o distanciamento social.

A tradicionalidade das práticas, portanto, foi afetada pela ausência física de alunos, professores e técnicos, como já discutimos. Levando em conta que o formato oficial na educação básica brasileira é o presencial, o cenário atípico da pandemia exigiu a adaptação a inúmeros ambientes de aprendizagem, plataformas de comunicação e artefatos tecnológicos. Em Mato Grosso do Sul, foram acionados instrumentos digitais heterogêneos: houve a inserção de teleaulas na rede local de televisão, o estabelecimento de contato direto com os professores pelo WhatsApp e a adoção de material impresso para quem não possui acesso à internet ou a equipamentos eletrônicos, entre outras alternativas.

Considerando a centralidade das esferas digitais em grande parte das aulas remotas, em 2021, estudantes começaram a se manifestar sobre o processo, postando prints dos encontros e de ambientes online, especialmente na internet. Imersas em tal realidade, nosso propósito geral, neste artigo, é o de problematizar como o ensino remoto foi discursivizado, no Twitter, por alunos.

Para tanto, acionamos a Análise do Discurso de linha francesa, sob o prisma do método arqueogenealógico foucaultiano. Conforme prediz a epígrafe, segundo o filósofo francês, é preciso descrever a

<sup>33</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=PWmuNdt7dAc>

atuação das relações de poder em nossa sociedade, já que elas são múltiplas e descentralizadas (Foucault, 2013). Com os dizeres em circulação no período, formulados a partir da posição-aluno, variadas redes de sentido são instauradas acerca dos docentes. Orientadas pelos ditos do autor, defendemos que, no interior das redes sociais, a legitimação dos dizeres dos professores é afetada, tendo em vista as condições de circulação das postagens.

No encaixo do propósito estabelecido, desenvolvemos uma pesquisa, derivada de estudo de bibliografia e videografia acerca do ensino remoto; levantamento de experiências da modalidade, implementadas no Brasil em 2020-2021, e descrição-interpretação de tuítes, em consonância ao objeto temático selecionado. Neste texto, o recorte se organiza em três partes, sendo elas: i) as condições de possibilidade do ensino remoto; ii) os discursos a respeito dos professores na pandemia; e iii) a discursivização das práticas docentes no Twitter.

### **condições de possibilidade do ensino no ambiente doméstico**

Embora as medidas de distanciamento tenham instaurado novos desafios à educação, é fundamental considerarmos que a sala de aula já era constituída por organização institucionalizada. As atividades escolares, inseridas no espaço doméstico, proporcionaram, pois, visibilidade a problemas antigos, como a desigualdade social e maior exposição a situações de violência doméstica<sup>34</sup>. Segundo Ribeiro (informação verbal)<sup>35</sup>, a pandemia fez com que a tradicional precariedade seguisse existindo. No âmbito residencial, a escassez econômica dos alunos pode afetar a aquisição de condições físicas apropriadas para os estudos remotos, com a falta de móveis e objetos utilizáveis, como uma mesa com cadeira, um computador ou um smartphone e, até mesmo, a matéria-prima

para qualquer etapa virtual: o acesso à internet.

Paralelamente à carência de infraestrutura, parcela significativa dos responsáveis não consegue acompanhar o processo de aprendizagem pela falta de tempo, a depender das demandas de cada emprego, porque não é alfabetizada ou não possui letramento digital. Há casos, também, em que crianças e adolescentes em vulnerabilidade social ajudam complementar a renda ou assumem a função de cuidar de irmãos mais novos<sup>36</sup>. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de 160 milhões de crianças são submetidas ao trabalho infantil no mundo e, até 2022, mais 8,9 milhões podem ingressar em estado similar, devido à conjuntura pandêmica. Ainda, a impossibilidade de frequentar o ambiente físico escolar pode agravar e/ou silenciar práticas abusivas<sup>37</sup>.

Inserido na dinâmica remota, o espaço da sala de aula ordena, pois, a emergência de novas práticas, bem como o envolvimento das famílias. Em sites com acesso público, experiências implementadas em instituições brasileiras chamam a atenção pela heterogeneidade com que são executadas. A primeira prática pedagógica consiste nas atividades de intertextualidade organizadas no Colégio Pedro II<sup>38</sup>, Campus Tijuca II, no Rio de Janeiro, sem restrição de ano ou série. Na proposta, os docentes de Língua Portuguesa viabilizam material de orientação para cada conteúdo, sob a óptica do diálogo entre textos, e o fazem mediante a plataforma WordPress e blog com tópicos direcionados a quem não possui habilidade com as tecnologias. Em carta aberta de acolhimento, escrita pelos professores, a proposição “Se estas atividades, por algum motivo, não forem acessíveis para você, contate o e-mail do NAPNE, [napnecp2t2@gmail.com](mailto:napnecp2t2@gmail.com)”, merece destaque por manter um canal direto de atendimento, em caso de dificuldades.

O Colégio de Aplicação Universidade Federal de Santa Catarina, por sua vez, adotou a confecção de cadernos de

<sup>34</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/744818-especialistas-alertam-para-possiveis-problemas-da-educacao-domiciliar>

<sup>35</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=-lftZT7oFI>

<sup>36</sup> <https://livredetrabalho infantil.org.br/especiais/trabalho-infantil-sp/reportagens>

<sup>37</sup> <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta>

<sup>38</sup> <http://www.cp2.g12.br/blog/portugues/atividades-pedagogicas>

atividades para todas as disciplinas, alternando a sua composição entre trechos orientativos e exercícios para a resolução<sup>39</sup>. No começo, cada caderno permitia acesso livre, porém a maioria do acervo construído agora é restrita aos matriculados, em plataforma virtual própria.

Um dos exemplos de atividades remotas levantado em nossa pesquisa teve bastante repercussão na esfera jornalística: na Rede Estadual de Ensino em Maceió<sup>40</sup>, explicações contavam com transmissão via rádio. Embora o formato não oportunize trocas mais concretas, a iniciativa ancorou-se no alcance dessa mídia para o público da região. A alternativa é semelhante às que ocorreram no Mato Grosso do Sul, em que teleaulas passaram a ser exibidas em canais de televisão local<sup>41</sup>. Nos dois casos, compreendemos que a busca por atingir estudantes sem acesso aos materiais e às interações virtuais foram preponderantes na configuração escolhida para a manutenção do ensino remoto.

Assim, entendendo que, em todo o Brasil, docentes e discentes se adaptaram conforme cada realidade, e que a implementação do ERE é realizada sob uma complexa rede de condições, é que discutimos, no tópico a seguir, a situação do sujeito-professor diante da pandemia e das relações de poder que envolvem a comunidade em que atua.

### **pandemia e escola: professores e(m) discurso**

As relações pedagógicas tramadas ao longo das etapas de ensino são um dos eixos complexos da sociedade. Nos espaços escolares, entrecruzam-se práticas associadas aos domínios da sexualidade, da religiosidade e das vulnerabilidades, além de eles possibilitarem a formação e/ou o rompimento de estereótipos. Nessa medida, os ditos e escritos de tais ambientes requerem problematização, sobretudo pelo seu estatuto estável e, regularmente, institucional.

Para Foucault (2016, p. 42), dotados de uma dimensão material, “[...] os discursos não são apenas uma espécie de película transparente através da qual se veem as coisas [...] O discurso tem sua consistência própria, sua espessura, sua densidade, seu funcionamento”. Em tal visada, o filósofo francês desfaz a pretensa superfície estável do discurso, passando a concebê-lo a partir de relações estratégicas. Também devolve a sua dimensão social e não individual, dado que não reduz as discursividades à materialização do pensamento do sujeito, como é tradicional em outras teorias.

Ao discorrer acerca procedimentos de sujeição, passando pelos rituais da palavra e das sociedades, Foucault (2014) aborda as apropriações sociais enquanto procedimento de ordenação. Representativa desse movimento, segundo o autor, ainda que a educação seja “[...] de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue [...] no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais” (Foucault, 2014, p. 41). Um sistema em que, de acordo com o filósofo francês, há a manutenção ou a transformação das dizibilidades, de modo político.

Na bibliografia do estudioso, embora tenha tratado separadamente de cada procedimento, eles se imbricam na sociedade, distribuindo tanto os tipos de discurso, quanto os sujeitos que enunciam. A respeito e apontando a convergência entre os distintos mecanismos discursivos, Foucault (2014, p. 42) questiona:

[...] o que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?

Trata-se de um espaço organizador das práticas que ocorrem em seu interior, responsável por restringir o que pode ser dito,

<sup>39</sup> <https://capl.paginas.ufsc.br/files/2020/04/Portugu%C3%AAs-9-Anos-2-quinzena.pdf>

<sup>40</sup> <https://www.7segundos.com.br/maceio/noticias/2020/06/08/151197-alunos-da-rede-estadual-de-maceio>

<sup>41</sup> <https://www.sed.ms.gov.br/aulas-na-tv-aberta/>

difundir conhecimentos formais em outras esferas da sociedade, delimitar quem (não) pode frequentá-lo, em suma, produzir seus efeitos sobre os sujeitos que o compõem. Em tal medida, com a atualização na configuração da escola, a pandemia perfaz as condições de possibilidade da circulação de ditos de/sobre/a partir das atividades escolares.

Na esteira das reflexões foucaultianas, para Fernandes (2012), a produção discursiva constrói objetos, forma sujeitos e é compreendida através de sua constituição histórica. No encaixe das palavras deste autor, ultrapassando os limites do linguístico, os ditos são afetados, nas instituições de ensino, por relações de saber e de poder, ambos cruzados pela dimensão física/arquitetônica. Com uma distribuição organizacional regular, as escolas são compostas por uma variedade de recursos humanos – a exemplo de diretores (as), coordenadores (as), técnicos (as), auxiliares, docentes e discentes – e por lugares de exercício delimitados – como as salas de aula, a diretoria, a coordenação, os refeitórios, os banheiros, os laboratórios e as bibliotecas.

Acerca das espacialidades, segundo Foucault (2013), a exclusão marcou as relações sociais até o século XVIII, com o objetivo de isolar o que era considerado marginal. A partir do século XIX, emergiu uma rede institucional de sequestro, intraestatal, tornando-se representativa do novo funcionamento de fábricas, escolas, hospitais e prisões (Foucault, 2013). Inicialmente, a sua função é a de controlar o tempo dos indivíduos e direcioná-lo às forças de produção. Em segundo lugar, compreende uma disciplina geral da existência, centrada no corpo, o qual “[...] deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar” (Foucault, 2013, p. 117). Em terceiro, cria um poder polivalente, que se ramifica, reunindo os âmbitos econômico, político, judiciário e epistemológico, aliado à formação de saberes – tecnológicos e de observação.

Feito instituição de sequestro, as relações estabelecidas no íntimo das escolas podem ser transformadas. Na sala de aula, paralelamente a questões concernentes ao ensino-aprendizagem, compete ao professor,

também, intermediar as trocas interpessoais, acompanhando o desenvolvimento dos alunos. Com o ensino remoto, o empreendimento na tarefa tem ocorrido de modo virtual, por meio das plataformas de conectividade.

Na perspectiva de Dias (2020), a internet possibilita um efeito de alteração no mundo. De acordo com a estudiosa, institucionalmente, ele é produzido desde a implementação de laboratórios de tecnologia, até o desenvolvimento de políticas de acesso à rede. Com a centralidade da interação online no período da pandemia, propomos que um olhar para o ambiente deve conceber suas condições de utilização e a própria instauração de espaço escolar novo.

Somados à logística espacial, interesses da conjuntura político-econômica em vigor amplificam o controle dos mecanismos do sistema sobre os professores, mesmo que resulte delas um silenciamento do saber docente. Para Costa e Rodrigues (2020), as decisões governamentais referentes ao ano letivo remoto, que incluem a reorganização da dinâmica de atendimento, ocorreram nas secretarias municipais, estaduais e no Ministério da Educação, prescindindo o diálogo com os professores. Acerca desse apagamento,

Nos dias atuais, especialmente na conjuntura da pandemia, os professores veem-se submetidos às políticas educacionais de emergência, que reeditam a orientação da pedagogia tecnicista, com uma educação escolar burocratizada e controladora de seu trabalho. Trata-se de uma educação aligeirada no que tange aos tempos de ensinar e aprender, sufragando as tecnologias da informação e da comunicação como mediadoras dos processos educacionais, e assim silenciando a voz dos professores (Costa & Rodrigues, 2020, p. 51).

A inserção das atividades profissionais nas residências faz com que os educadores utilizem o tempo e o espaço doméstico, desgastem a sua saúde e despendam recursos financeiros para dar aulas. Isso porque

O espaço público escolar se torna o novo privado e invade as casas, as famílias de alunos e de professores, desconfigurando a

vida privada para tornar tudo público, principalmente, ao que corresponde às ferramentas de uso pessoal do professor (seu celular, sinal de internet, seu computador, sua energia elétrica), mas que continuam privadas no momento deste sujeito honrar seus gastos mensais (Moreira & Mussato, 2020, p. 179).

Financeiramente, há, portanto, despesas extras, investimento em equipamentos eletrônicos e a adaptação do lar para viabilizar encontros síncronos ou assíncronos. Sobre o desgaste proveniente da situação, uma pesquisa realizada pela Nova Escola consultou mais de 8 mil professores do ensino básica. Nos resultados, em um comparativo com o período que antecedeu a pandemia, 8% dos profissionais afirmam que se sentem ótimos em relação à sua saúde emocional. Em contrapartida, 28% dos entrevistados a consideram ruim ou péssima, e 30% a descrevem como razoável. Na classificação do estado em que se encontram, os termos mais frequentes nas respostas dos consultados são: “[...] ansiedade, cansaço, estresse, preocupação, insegurança, medo, cobrança e angústia”<sup>42</sup>. Com o conjunto dos substantivos abstratos enumerados, a unidade temática delinea a insalubridade do cenário experienciado.

Antes de a pandemia promover mudanças na logística brasileira, cabe lembrarmos que o ensino público e os profissionais da área já vinham sofrendo ataques. No entremeio das questões elencadas, somam-se, pois, os dizeres em torno dos docentes, atravessados pelas adaptações e pelos desafios instaurados antes e durante o avanço da Covid-19 no país. A esse respeito, o movimento que Paiva (2021, p. 07) denominou de censura culminou na ameaça e na vigilância dos docentes, realizadas “[...] por seus patrões, pelos pais, pelos próprios alunos e pelos grupos de ódio dessa nova era da escola COM partido”, o que é produto de uma gestão política que incentiva as agressões.

Para refletir acerca das relações de força que perfazem o ERE, convém resgatarmos Foucault (1995), quando, ao analisar as transformações do ser humano em sujeito, o autor situa três maneiras de

objetivação. Na primeira, constam os discursos formulados a partir de investigações científicas, dada sua associação com a economia ou por serem categorizados como seres vivos. Na segunda, estão as práticas divisoras que instituem diferenciações entre os sujeitos. Por fim, na terceira, o filósofo francês interroga a constituição de seres humanos em sujeitos no cerne de variados domínios da sociedade (Foucault, 1995).

Neste artigo, voltamo-nos ao segundo modo, tendo em vista como os docentes são objetivados, a partir, sobretudo, da relação que estabelecem com aqueles que ocupam a posição de alunos. De acordo com Consolaro e Silva (2021, p. 12), com o ERE, os estudantes passaram a questionar a “[...] metodologia adotada e ao que foi caracterizado como ineficácia do ensino não presencial, além de queixas com relação à didática dos professores, envolvendo quantidade excessiva de atividades ou formas de verificação da frequência de trabalhos propostos”. Na historicidade do momento ou na maior publicização do falar e do fazer docentes, o aumento das ofensivas passou a constituir, também, o eixo da formulação dos discursos acerca dos educadores. Enfocando parte dessas dizibilidades, na próxima seção, analisamos os efeitos de poder de uma Sequência Enunciativa (SE) representativa do processo em estudo.

### **professores entre tweets, retweets e curtidas**

Considerando os engajamentos nas postagens da rede social escolhida para o desenvolvimento da pesquisa, ressaltamos, com Silveira (2015, p. 56), que “[...] a análise discursiva do Twitter sempre estará condicionada aos gestos realizados pelo próprio pesquisador no decorrer de sua pesquisa”, pois os resultados em tal ambiente são afetados pelos movimentos exercidos nos perfis individuais dos sujeitos. Ancoradas no objetivo do trabalho, os resultados obtidos em nossa consulta são cruzados pelas especificidades da conta utilizada.

Entendendo, com Foucault (2008, p. 158-159, grifos do autor), que o arquivo

<sup>42</sup> <https://novaescola.org.br/conteudo/19401/ansiedade-medo-e-exaustao>

define, entre os enunciados, “[...] o sistema de sua enunciabilidade [...] o sistema de seu funcionamento [...] o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria”, utilizamos as palavras-chave “professor”, “professora”, “meu professor” e “minha professora” no campo de buscas da plataforma, sem selecionar perfil ou hashtag específicos, como é visível na imagem a seguir:

**Figura 1:** Print das buscas realizadas no Twitter



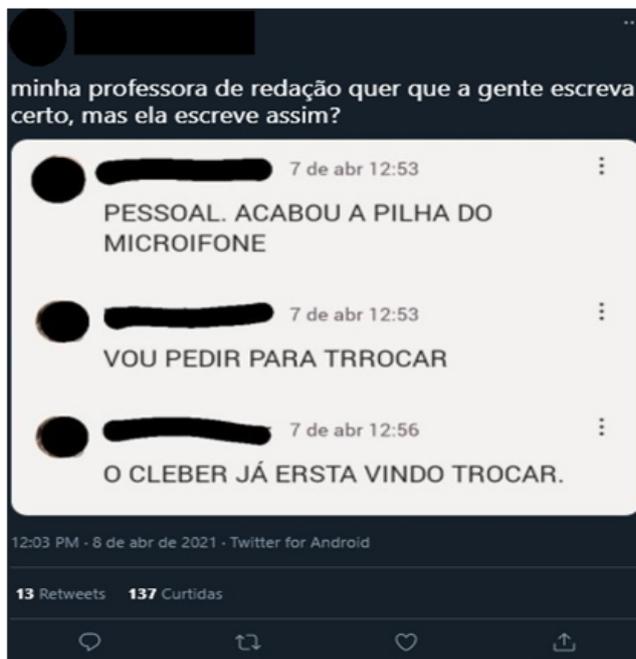
**Fonte:** Print realizado pelas autoras em 27 jun. 21.

Focalizando o contexto da pandemia, selecionamos uma SE para compor a nossa análise, exemplar do funcionamento da discursivização dos professores no Twitter, em 2021 – ano em que a pandemia segue determinando distribuições espaciais e práticas discursivas na sociedade. Nas redes sociais, sobretudo com o potencial de viralização de postagens, a circulação de vídeos de encontros síncronos com situações atípicas vivenciadas, com destaque a algum efeito de humor ou que abordavam a dificuldade de parte dos docentes no uso de materiais digitais, está sendo um movimento repetível no que se refere a postagens de acadêmicos do ensino superior. No segmento, um ponto, a nosso ver, é central: a atualização de dizeres tematizando os professores está pautada em sua

“descredibilização”, principalmente no que tange ao uso das ferramentas online.

Em relação à educação básica, o regular é a exposição de trechos das aulas como engraçados e de questionamentos acerca da eficiência dos docentes na condução de conteúdos, materiais ou debates, a exemplo do que ocorre na SE I:

**Figura 2:** Sequência Enunciativa I sobre a escrita na rede



**Fonte:** Print realizado pelas autoras em 28 mai. 21.

Na SE I, o enunciado faz circular, no Twitter, um print no qual aparecem três mensagens cuja identificação foi preservada pelo próprio usuário, registrando, mesmo que no anonimato, o sujeito que se enquadra na formulação “minha professora”. Quanto aos engajamentos da postagem, somaram-se 13 retweets e 137 curtidas. Para Silveira (2020, p. 03), “[...] a normatização de um espaço enunciativo informatizado incide sobre a formulação e circulação dos discursos, produzindo um efeito de homogeneização e apagando a contradição constitutiva dos discursos que aí se re(produzem)”. Nessa medida, a replicação do enunciado possibilita a produção de um efeito de unanimidade para o discurso veiculado.

Na legenda do print, há o seguinte questionamento: “minha professora de redação quer que a gente escreva certo, mas

ela escreve assim?” (sic). Publicado no dia 08 de abril de 2021, no período em que a pandemia, no Brasil, continuava se intensificando, o tweet publiciza momentos comuns às interações em aula. Como ele, também há a exposição de dizibilidades verbais e/ou fotográficas com trechos da rotina escolar e/ou acadêmica, centralizando-se, principalmente, na atuação docente.

De início, a postagem se volta para a escrita da professora de redação, produzindo um efeito de crítica com a pergunta que realiza. Pautada em Signorini (2008), Biondo (2019, p. 296) discorre acerca da função metapragmática, que corresponde à recontextualização de “[...] regulamentações grafocêntricas institucionalizadas sobre a língua”. Ressalvados os subsídios teóricos de cada trabalho, as reflexões da autora possibilitam a problematização de como algo (não) deve ser dito por certo grupo de pessoas, conforme ocorreu com a docente que, por ser professora de redação, não poderia “errar” na digitação de palavras em ambiente virtual.

Direcionando uma inversão da esfera tradicional, é o sujeito que ocupa a posição de estudante que se encarrega de corrigir ou de ressaltar equívocos identificados no jogo comumente instaurado no ambiente de aulas. A imagem reproduzida pelo usuário funciona como comprovação dos erros de digitação da docente, o que pode tanto figurar como ridicularização, quanto colocar em questionamento a (in)capacidade de manuseio da língua portuguesa pela profissional da área. Indo além, trata-se de uma captura, uma forma-registro pela qual a dinâmica de aprendizagem é apreendida, escapando dos limites institucionais.

Em função das relações de saber-poder em sala de aula, construiu-se, historicamente, certa hierarquização entre os sujeitos que integram o processo educativo, com intensificação no período de isolamento social. Entendemos que, no mínimo, a ausência física, as adaptações iniciais ao formato remoto, a falta de equipamentos apropriados, o apagamento dos estados psicológicos dos indivíduos e a alteração nos modos de interação integra(ra)m as condições de possibilidade para o aumento de ataques, principalmente aqueles direcionados aos professores.

Voltando-nos para o foco ortográfico da postagem, as formulações “microifone”, “trocar” e “ersta”, por exemplo, são enquadradas sob a lente do desvio linguístico. Em oposição ao “certo” exigido pela professora e materializado no enunciado, portanto, estaria o “errado”, na manifestação cuja autoria foi ocultada. O movimento sinaliza a produtividade das relações de poder que, segundo Foucault (1995, p. 243), exigem que o outro “[...] seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis”. Isso porque, na ofensiva-resposta, o estudante se transfere do eixo dos corrigidos para o nível dos corretores.

Assim, a leitura do tweet, se observada enquanto investida contra o ensino pautado em correções ortográficas, expõe, justamente, a contradição dos professores que seguem o que é retratado como lapso. No post, há, também, uma espécie de desnaturalização do lugar ocupado por docentes – de detentores do saber – e das próprias noções de erro e acerto difundidas ao longo do ensino formal.

Com a publicização de parte da aula, há, então, a inversão de um olhar que não se reduz à observação dos discentes e pode atingir a todos que participam das atividades online. Nos domínios institucionais, portanto, atualiza-se a vigilância sobre os indivíduos e o modo como ela insurge. A propósito desse funcionamento, recobramos que, ao analisar a arquitetura do Panopticon, Foucault (2013) aponta uma série de descrições do edifício: a circularidade, o formato de anel, a torre de observação no centro e a falta de sombras nas celas são algumas delas.

A função da estrutura retratada pelo autor é a de possibilitar a “[...] vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder – mestre-escola [...] e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigia [...] um saber” (Foucault, 2013, p. 89). Com a internet e a prática escolar em rede, vemos o delineamento de um Panopticon outro, em cuja configuração geométrica não circular, ocorre a circulação massiva de postagens e conteúdos. Nele, a observação pode ser realizada tanto de modo síncrono, nos sites e

aplicativos, quanto de maneira assíncrona, com o print de publicações em perfis de rede sociais ou em ambientes de aprendizagem.

Ressalvadas as disparidades entre o panoptismo e as práticas em instituições de sequestro, nas últimas, “[...] vemos que se trata, no fundo, não somente de apropriação, de extração da quantidade máxima de tempo, mas, também, de controlar, de formar, de valorizar, segundo um determinado sistema, o corpo do indivíduo” (Foucault, 2013, p. 117). Durante a pandemia, no funcionamento do digital e na descentralização física dos sujeitos, o trabalho acerca do indivíduo se modifica, pois a dimensão sobre a qual tal poder incide, isto é, a corporal, escapa com facilidade, tendo em vista as opções de fechar a câmera e a de desligar o áudio em encontros síncronos.

Situar a relação professor-aluno na história é, então, explorar os desdobramentos e as transformações seja de discursos, seja das formas de organização que estão em constante embate. Se, no presencial, a vigilância era orientada, em sua maioria, pelos docentes nas salas de aula, com o ERE e a demanda por desenvolver atividades assíncronas ou não aparecer imagetivamente<sup>43</sup> nos encontros ao vivo, ela pode ser realizada por uma infinidade de sujeitos.

Logo, com o tweet, a postagem não apenas expõe parte do cotidiano educacional, como também circula com efeito discursivo de denúncia e aponta as rupturas do usuário com as normas gramaticais típicas de uma cultura grafocêntrica, demarcando cobranças docentes como não correspondentes ao conhecimento linguístico aplicado em sala de aula. Além disso, o print insurge descontextualizado pela própria dinâmica da rede. O nome da escola e o nível de ensino, por exemplo, são suprimidos, sem considerar que também produzem sentidos, inclusive, para a formação das condições que tornam a captura de tela algo exequível.

Ainda, em sua arquitetura física, “[...] a escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber” (Foucault, 2013, p. 113). De uma perspectiva histórica, entre os conteúdos contemplados pela disciplina de

língua portuguesa, muitos dos saberes transpostos continuam se referindo à gramática normativa e às variantes de prestígio na sociedade. Por outro lado, já que o institucional igualmente significa, a forma de enunciação em rede mobiliza escrita variada em função do teclado, do mouse, dos emojis, dos vídeos, dos gifs, dentre outros mecanismos.

Por fim, segundo Patti e Giorgenon (2011, p. 86), o ciberespaço “[...] vai reconfigurar as novas divisões de poder (ler, falar, postar, demonstrar), afetando em pequena e larga escala as modalidades do ser, do estar, do fazer acontecer e da transmissão dos já-ditos [...]”. Em tal dimensão, as particularidades do ambiente digital promovem transformações nas maneiras de enunciar. Assim, embora a posição-sujeito professora integre as redes de poder pedagógicas, o lugar do qual ela enuncia na SE I é regido por ordem discursiva própria, cujas particularidades são indissociáveis das ferramentas disponíveis para escrita online.

### **considerações finais**

Com a pandemia causada pelo vírus SARs-CoV-2, instituições educacionais, professores, alunos e demais sujeitos que compõem comunidades escolares foram levados a um contexto de ensino remoto, no qual a tecnologia tem sido o meio principal para a manutenção dos períodos letivos. Submetidas a condições similares em âmbito universitário, como discentes e docente, recortamos a historicidade do momento vivido, analisando como o ensino remoto foi discursivizado, no Twitter, por alunos.

Entre os resultados da pesquisa desenvolvida, observamos disputas nas posições discursivas ocupadas, pensando na tradicional prática da “correção” escolar. Além disso, consideramos que emergiram novas formas de vigilância no cotidiano pedagógico com o uso das plataformas digitais, e um questionamento quanto à legitimidade de professores de língua portuguesa/redação para corrigir os estudantes, tendo como escopo as

---

<sup>43</sup> Em alguns serviços de videochamadas, como o Google Meet e o Zoom Cloud Meetings, é possível participar de reuniões com câmeras desligadas, áudios fechados e sem fotos de identificação.

concepções de certo ou errado no uso da língua.

Até o primeiro semestre de 2021, foi regular a pressão pela reabertura das escolas para retomada parcial das aulas presenciais, com rodízio de alunos, tanto quanto pela manutenção do ensino remoto. Com os rumos ainda incertos da educação no Brasil, entendemos que os jogos de poder instaurados a partir da pandemia provocaram rupturas significativas no modo como os saberes e os espaços escolares são discursivizados nas redes online e fora delas.

### referências

- Biondo, F. P. (2019). Ideologias de gênero e ideologias de língua(gem) em páginas feministas do Facebook. *Alfa*, 63 (2), 295-315, doi [10.1590/1981-5794-1909-3](https://doi.org/10.1590/1981-5794-1909-3).
- Brasil (2020a). Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Diário Oficial da União, Seção 1 – Edição 53, p. 39.
- Brasil (2020b). Portaria nº 345, de 19 de março de 2020. Diário Oficial da União, Seção 1 – Edição 54, p. 01, 19 mar.
- Brasil (2021). Plano nacional de operacionalização da vacinação contra a Covid-19 (10ª ed.). Ministério da Saúde.
- Consolaro, V., & Silva, A. S. (2021). Ensino remoto e efeitos de verdade sobre o trabalho de professores no Brasil pandêmico. In *Anais SIEL e Semanas de Letras do IV Seminário Internacional de Estudos de Linguagens e XXII Semana de Letras* (p. 11-20), Campo Grande, MS.
- Costa, Á. C., & Rodrigues, R. S. (2020). Imprescindíveis e silenciados: Desvalorização dos professores e destituição da participação nas decisões políticas. *Revista USP*, 127, 41-52.
- Dias, C. (2020). Ensino e tecnologia: o texto pelo digital. *Revista Ecos*, 28 (01), 157-175.
- Fernandes, C. A. (2012). *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. Intermeios.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. In H. L. Dreyfus & P. Rabinow. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. Forense Universitária.
- Foucault, M. (2013). *A verdade e as formas jurídicas*. Nau.
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Edições Loyola.
- Foucault, M. (2016). *O belo perigo*. Autêntica Editora.
- Moreira, I. C., & Mussato, M. S. A. (2020). (Des)construção de sentidos: A subjetividade e o processo de (des)identificação do sujeito professor no cenário escolar em pandemia. In C. M. A. A. Guisardi, L. A. Chagas, & A. B. Pereira (Org.). *Os discursos de um Brasil efervescente em tempos de pandemia: 2020* (pp. 167-190). Syntagma Editores.
- Paiva, V. L. M. O. (2021). Tecnologia digital em época de pandemia. *Cadernos de Linguística*, 02 (01), 1-12.
- Patti, A. R. & Giorgenon, D. (2011). O sujeito e suas redes de dizer no on-line. In L. M. S. Romão, & F. C. S. Galli (Org.). *Rede eletrônica: Sentidos e(m) movimento* (pp. 81-99). Pedro & João Editores.
- Ribeiro, A. E. (2021). Educação e tecnologias digitais na pandemia: Ciclos da precariedade. *Cadernos de Linguística*, 02 (01), 01-16.
- Silveira, J. (2015). *Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político e ordinário no Twitter*, [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Maringá.
- Silveira, J. (2020). Hashtags e trending topics: A luta pelo(s) sentido(s) nos espaços enunciativos informatizados. *Interletras*, 08 (31), 1-18.

recebido em 10/11/2021

aceito em 05/01/2022